



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXI - Nº 023 - SÁBADO, 18 DE FEVEREIRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**  
Renan Calheiros – PMDB-AL

**1º Vice-Presidente**  
Tião Viana – PT-AC

**2º Vice-Presidente**  
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

**1º Secretário**  
Efraim Morais – PFL-PB

**2º Secretário**  
João Alberto Souza – PMDB-MA

**3º Secretário**  
Paulo Octávio – PFL-DF

**4º Secretário**  
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

**Suplentes de Secretário**  
**1º** - Serys Slhessarenko – PT-MT  
**2º** - Papaléo Paes – PSDB-AP  
**3º** - Alvaro Dias – PSDB-PR  
**4º** - Aelton Freitas – PL-MG

### LIDERANÇAS

<p><b>MAIORIA (PMDB) – 21</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) <sup>(5)</sup></p> <p>.....</p> <p><b>LÍDER DO PMDB – 21</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) <sup>(6)</sup> Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p><b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Delcídio Amaral – PT</b></p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p><b>LÍDER DO PT – 12</b> <b>Delcídio Amaral</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p><b>LÍDER DO PL – 3</b> <b>João Ribeiro</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p><b>LÍDER DO PSB – 2</b> <b>Antônio Carlos Valadares</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>José Jorge – PFL</b></p> <p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p><b>LÍDER DO PFL – 16</b> <b>José Agripino</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup></p> <p><b>LÍDER DO PSDB – 15</b> <b>Arthur Virgílio</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p><b>LÍDER DO PDT – 4</b> <b>Osmar Dias</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PMR – 1</b> <b>Marcelo Crivella</b></p>	<p><b>LÍDER DO PTB – 4</b> <b>Mozarildo Cavalcanti</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p><b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> <b>Heloísa Helena</b></p>	<p><b>LÍDER DO GOVERNO</b> <b>Aloizio Mercadante – PT</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB <sup>(1)</sup></p>
<b>EXPEDIENTE</b>		
<p>Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

**Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005**

<sup>(1)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

<sup>(5)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(6)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

# CONGRESSO NACIONAL

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 8, DE 2006

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 274, de 29 de dezembro de 2005**, que *“inclui e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, e dá outras providências”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 28 de fevereiro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 17 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

---

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9, DE 2006

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 275, de 29 de dezembro de 2005**, que *“altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 28 de fevereiro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 17 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 2ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2006 (nº 4.746/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras, e dá outras providências..... 05546

#### 1.2.2 – Comunicação da Presidência

Arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2005 (nº 1.427/2003, na Casa de origem), que acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 5.614, de 5 de outubro de 1970, e §§ 1º e 2º ao art. 32 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 (dispõe sobre o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ)..... 05550

#### 1.2.3 – Ofícios do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 459/2006, de 10 do corrente, comunicando a aprovação dos §§ 3º e 4º do artigo 10 da Emenda nº 1 e as Emendas nºs 2 e 3 do Senado Federal oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, naquela Casa), bem como a remessa da matéria à sanção naquela data. .... 05550

Nº 460/2006, de 10 do corrente, comunicando a aprovação da emenda do Senado Federal oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2003 (nº 3.462/2000, naquela Casa), bem como a remessa da matéria à sanção naquela data. .... 05550

#### 1.2.4 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 280, de 2006, em 15 de fevereiro e publicada no dia subsequente, que altera a Legislação Tributária Federal. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação. .... 05551

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 281, de 2006, em 15

de fevereiro e publicada no dia subsequente, que reduz a zero as alíquotas de Imposto de Renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação. .... 05551

#### 1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa da imediata implantação de duas zonas de livre comércio no Estado de Roraima. .... 05552

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas ao desempenho econômico durante o Governo Lula. ... 05555

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Abertura da 26ª edição da “Festa da Uva”, em Caxias do Sul/RS..... 05555

SENADOR MARCO MACIEL – Avaliação positiva da convocação extraordinária do Congresso Nacional..... 05557

#### 1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Necessidade de regulamentação da emenda constitucional que assegura recursos mínimos para ações e serviços públicos de saúde. Registro de documento aprovado pela XII Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, realizada em Brasília no mês de novembro de 2005..... 05563

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Transcrição da matéria intitulada “Os desencontros do leite”, de sua autoria, publicada no **O Jornal**, de Maceió/AL, edição de 14 do corrente..... 05565

SENADOR VALMIR AMARAL – Justificativa ao Projeto de Resolução nº 34, de 2006, de sua autoria, que tem por objetivo aprovar a difusão de imagens de pessoas desaparecidas através da TV Senado. .... 05565

#### 1.2.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima segunda-feira, dia 20, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 05567

1.3 – ENCERRAMENTO

**SENADO FEDERAL**

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

**CONGRESSO NACIONAL**

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

---

# Ata da 2ª Sessão Não Deliberativa, em 17 de fevereiro de 2006

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Alvaro Dias, da Sra. Heloísa Helena e do Sr. Mozarildo Cavalcanti*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PDT– PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2006**

(Nº 4.746/2005, na Casa de origem)

(De Iniciativa do Presidente da República)

**Institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

#### **CAPÍTULO I**

##### **Da Aplicação**

Art. 1º Esta lei institui o Registro Temporário Brasileiro para as embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras, com suspensão provisória de bandeira no País de origem.

Parágrafo único. As empresas, os armadores de pesca ou as cooperativas de pesca brasileiras de que trata o caput deste artigo deverão ser registrados no Tribunal Marítimo como Armador de Pesca, bem como inscritos no Registro Geral da Pesca nas categorias de Indústria Pesqueira ou Armador de Pesca pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, na forma da legislação específica.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Das Definições**

Art. 2º Para os efeitos desta lei, são estabelecidas as seguintes definições:

I – embarcação de pesca: é aquela que, devidamente autorizada, se dedica, exclusivamente, à captura, ao processamento ou ao beneficiamento do pescado, com finalidade comercial;

II – armador de pesca: pessoa física residente e domiciliada no País, devidamente registrada no Tribunal Marítimo, que, em seu nome ou sob sua responsabilidade, apresta a embarcação de pesca para sua exploração comercial;

III – apresa brasileira de pesca: pessoa jurídica constituída segundo as leis brasileiras, com sede no Brasil, devidamente inscrita no Registro Geral da Pesca, que tenha por objeto a pesca comercial;

IV – cooperativa de pesca brasileira: associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, segundo as Leis brasileiras, para satisfazer aspirações econômicas e sociais que, devidamente inscrita no Registro Geral da Pesca, tem por finalidade o exercício da pesca comercial;

V – arrendamento ou afretamento a casco nu: – contrato pelo qual o arrendatário ou afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação, por tempo determinado, incluindo o direito de designar o Comandante e a tripulação; e

VI – suspensão provisória de bandeira: ato pelo qual o proprietário da embarcação estrangeira, arrendada ou afretada, suspende, temporariamente, o uso da bandeira do país de origem a fim de que a embarcação seja inscrita em registro de outro país.

#### **CAPÍTULO III**

##### **Da Bandeira das Embarcações**

Art. 3º As embarcações de pesca arrendadas ou afretadas a casco nu com suspensão provisória de bandeira no País de origem, inscritas no Registro Temporário Brasileiro, deverão arvorar a bandeira brasileira.

Parágrafo único. Nas embarcações de pesca de bandeira brasileira, de que trata o caput deste artigo, 2/3 (dois terços) da tripulação devem ser, obrigatoriamente, brasileiros, incluindo o Comandante e o Chefe de Máquinas.

## CAPÍTULO IV

**Do Registro de Embarcações de Pesca  
Arrendadas ou Afretadas**

Art. 4º O Registro Temporário Brasileiro será efetuado pelo Tribunal Marítimo para todas as embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas a casco nu, com suspensão provisória de bandeira, não suprimindo e sendo complementar ao Registro de Propriedade Marítima, nos termos da Lei nº 7.652, de 3 de fevereiro de 1988, e ao Registro Geral da Pesca, instituído pelo Decreto-Lei nº 221, de 29 de fevereiro de 1967.

§ 1º O Tribunal Marítimo expedirá Certificado de Registro Temporário – CRT, com validade igual à do contrato de arrendamento ou afretamento, não podendo exceder o período de 5 (cinco) anos.

§ 2º O CRT deverá ser renovado quando a prorrogação do contrato de arrendamento ou afretamento for autorizada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, conforme competência instituída pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo Federal regulamentar o Registro Temporário Brasileiro, estabelecendo as normas complementares necessárias ao seu funcionamento e as condições para a inscrição de embarcações.

## CAPÍTULO V

**Do Cancelamento**

Art. 6º O cancelamento do Registro Temporário Brasileiro ocorrerá nas seguintes situações:

I – **ex officio**, quando do término do prazo concedido ou se for revogada a suspensão provisória de bandeira no País de origem;

II – quando a autorização para o arrendamento ou afretamento da embarcação de pesca for cancelada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República;

III – por solicitação da empresa brasileira de pesca, do amador de pesca ou da cooperativa de pesca brasileira, arrendatária ou afretadora, que tenha requerido o registro;

IV – quando efetuado o Registro de Propriedade Marítima no Tribunal Marítimo da mesma embarcação de pesca, em decorrência de aquisição por empresa ou armador brasileiro;

V – quando o registro do armador for cancelado pelo Tribunal Marítimo;

VI – por afretamento da embarcação a empresa estrangeira, devidamente informado ao Tribunal Marítimo;

VII – por venda da embarcação, informada ao Tribunal Marítimo;

VIII – quando o registro da empresa ou cooperativa de pesca for cancelado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República;

IX – por rescisão do contrato de arrendamento ou afretamento, informado ao Tribunal Marítimo e à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República; e

X – quando deixarem de ser satisfeitas as condições previstas nesta lei para o Registro Temporário Brasileiro e na legislação complementar específica.

## CAPÍTULO VI

**Disposições Finais**

Art. 7º Caberá à Autoridade Marítima a fiscalização do Registro Temporário Brasileiro.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação – **Aldo Rebelo**, Presidente.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.746, DE 2005**

**Institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

## CAPÍTULO I

**Da Aplicação**

Art. 1º Esta lei institui o Registro Temporário Brasileiro para as embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras, com suspensão provisória de bandeira no País de origem.

Parágrafo único. As empresas, os armadores de pesca ou as cooperativas de pesca brasileiras de que trata o caput deste artigo deverão ser registrados no Tribunal Marítimo como Armador de Pesca, bem como inscritos no Registro Geral da Pesca nas categorias de Indústria Pesqueira ou Armador de Pesca pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, na forma da legislação específica.

## CAPÍTULO II

**Das Definições**

Art. 2º Para os efeitos desta lei, são estabelecidas as seguintes definições:

I – embarcação de pesca: é aquela que, devidamente autorizada, se dedica, exclusivamente, à captura,



ao processamento ou ao beneficiamento do pescado, com finalidade comercial;

II – armador de pesca: pessoa física residente e domiciliada no País, devidamente registrada no Tribunal Marítimo, que, em seu nome ou sob sua responsabilidade, apresta a embarcação de pesca para sua exploração comercial;

III – apresa brasileira de pesca: pessoa jurídica constituída segundo as Leis brasileiras, com sede no Brasil, devidamente inscrita no Registro Geral da Pesca, que tenha por objeto a pesca comercial;

IV – cooperativa de pesca brasileira: associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, segundo as leis brasileiras, para satisfazer aspirações econômicas e sociais que, devidamente inscrita no Registro Geral da Pesca, tem por finalidade o exercício da pesca comercial;

V – arrendamento ou afretamento a casco nu: contrato pelo qual o arrendatário ou afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação, por tempo determinado, incluindo o direito de designar o comandante e a tripulação; e

VI – suspensão provisória de bandeira: ato pelo qual o proprietário da embarcação estrangeira, arrendada ou afretada, suspende, temporariamente, o uso da bandeira do país de origem, a fim de que a embarcação seja inscrita em registro de outro país.

### CAPÍTULO III

#### Da Bandeira das Embarcações

Art. 3º As embarcações de pesca arrendadas ou afretadas a casco nu, com suspensão provisória de bandeira no país de origem, inscritas no Registro Temporário Brasileiro, deverão arvorar a bandeira brasileira.

Parágrafo único. Nas embarcações de pesca de bandeira brasileira, de que trata o caput deste artigo, dois terços da tripulação devem ser obrigatoriamente, brasileiros, incluindo o Comandante e o Chefe de Máquinas.

### CAPÍTULO IV

#### Do Registro de Embarcações de Pesca Arrendadas ou Afretadas

Art. 4º O Registro Temporário Brasileiro será efetuado pelo Tribunal Marítimo para todas as embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas a casco nu, com suspensão provisória de bandeira, não suprimindo e sendo complementar ao Registro de Propriedade Marítima, nos termos da Lei nº 7.652, de 3 de fevereiro de 1988, e ao Registro Geral da Pesca, instituído pelo Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º O Tribunal Marítimo expedirá Certificado de Registro Temporário – CRT, com validade igual a do contrato de arrendamento ou afretamento, não podendo exceder o período de cinco anos.

§ 2º O CRT deverá ser renovado quando a prorrogação do contrato de arrendamento ou afretamento for autorizada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, conforme competência instituída pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo Federal regulamentar o Registro Temporário Brasileiro, estabelecendo as normas complementares necessárias ao seu funcionamento e as condições para a inscrição de embarcações.

### CAPÍTULO V

#### Do Cancelamento

Art. 6º O cancelamento do Registro Temporário Brasileiro ocorrerá nas seguintes situações:

I – **ex officio** quando do término do prazo concedido ou se for revogada a suspensão provisória de bandeira no país de origem;

II – quando a autorização para o arrendamento ou afretamento da embarcação de pesca for cancelada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República;

III – por solicitação da empresa brasileira de pesca, do armador de pesca ou da cooperativa de pesca brasileira, arrendatária ou afretadora, que tenha requerido o registro;

IV – quando efetuado o Registro de Propriedade Marítima no Tribunal Marítimo da mesma embarcação de pesca, em decorrência de aquisição por empresa ou armador brasileiro;

V – quando o registro do armador for cancelado pelo Tribunal Marítimo;

VI – por afretamento da embarcação a empresa estrangeira, devidamente informada ao Tribunal Marítimo;

VII – por venda da embarcação, informada ao Tribunal Marítimo;

VIII – quando o registro da empresa ou cooperativa de pesca for cancelado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República;

IX – por rescisão do contrato de arrendamento ou afretamento, informado ao Tribunal Marítimo e à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República; e

X – quando deixarem de ser satisfeitas as condições previstas nesta Lei para o Registro Temporário Brasileiro e legislação complementar específica.



## CAPITULO VI

### Das Disposições Finais

Art. 7º Caberá à Autoridade Marítima a fiscalização do Registro Temporário Brasileiro.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

### MENSAGEM Nº 22, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras, e dá outras providências”.

Brasília, 14 de janeiro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 00425/MD/SEAP-PR

Brasília, 17 de agosto de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que dispõe sobre o Registro Temporário Brasileiro e dá outras providências.

O instrumento aplica-se às embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras, com implicações na suspensão provisória de bandeira no país de origem.

O afretamento de embarcações estrangeiras é uma prática utilizada pelas empresas e armadores do setor marítimo para compensar as eventuais oscilações sobre a demanda pelo serviço de transporte marítimo.

Dentre as modalidades de afretamento praticadas, inclui-se o afretamento a casco nu, com suspensão provisória de bandeira, estabelecido por meio de contrato em virtude do qual o afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação, por tempo determinado, incluindo direitos de designar o Comandante e a tripulação, bem como de transferir o registro da embarcação para outro país, cujo pavilhão passa a arvorar.

A Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, criada para ordenar o acesso à navegação e às cargas brasileiras, estabelece as condições para o afretamento de embarcações estrangeiras a serem empregadas nas navegações de longo curso, cabotagem, apoio marítimo e apoio portuário, e ainda define o direito de uma embarcação de arvorar o pavilhão brasileiro. Por

força da própria natureza da lei, não estão abrangidas as embarcações empregadas no turismo, pesquisa, esporte/recreio e na pesca.

No contexto institucional acima, o Governo de Vossa Excelência passou a implementar ações visando ao desenvolvimento sustentável da pesca oceânica, com destaque para a criação do Programa de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira, instituído pela Lei nº 10.849, de 23 de março de 2004.

Por meio desse Programa o país estará habilitado para a exploração soberana da pesca na sua zona econômica exclusiva. Todavia, até a maturação desse projeto, impõe-se a continuidade da utilização do instrumento do arrendamento de barcos de pesca estrangeiros, praticado desde a década de 1970.

Ocorre que a sistemática atualmente consagrada para esse instrumento não tem sido suficiente para atender aos interesses nacionais nos fóruns internacionais.

No âmbito da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico – ICCAT verifica-se que países tradicionais de pesca, na busca de preservar a sua hegemonia nos mares, estão envidando esforços para impedir o desenvolvimento da pesca oceânica de países costeiros, como o Brasil, e buscam descaracterizar a atual forma de arrendamento simples de embarcações, sem a transferência do registro e da bandeira. No entendimento desses países, as capturas realizadas pelas embarcações arrendadas devem ser contabilizadas na quota de captura do país de origem da embarcação, em detrimento do país arrendatário.

Da mesma forma, nos fóruns multilaterais e birregionais de negociações comerciais, o Brasil e outros países, com extensas zonas econômicas exclusivas, passaram a ser alvo dessas pressões no tema Regras de Origem do Pescado.

Nesses termos, a presente medida viria possibilitar a salvaguarda jurídica interna para o adequado enfrentamento dessas investidas políticas externas, incompatíveis com os interesses nacionais.

Assim, reconhecendo o caráter de urgência para a vigência do diploma em apreço, face às negociações em curso na Organização Mundial do Comércio e entre o Mercosul e a União Européia, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e o Comando da Marinha procederam aos estudos que resultaram no texto do projeto de lei em consideração, que regulamenta o registro no país de embarcação de pesca estrangeira arrendada ou afretada, a casco nu, com suspensão provisória de bandeira em seu país de origem.

São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição do projeto de lei em questão, reiterando, todavia, a urgência e a relevância da matéria.

**José Viegas Filho**, Ministro de Estado da Defesa – **José Fritsch**, Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República.

Respeitosamente. – José Viegas Filho.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 7.652, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1988

**Dispõe sobre o registro da Propriedade de Marítima e dá outras providências.**

.....  
DECRETO-LEI Nº 221,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.**

.....  
LEI Nº 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003

**Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.**

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PDT – PR)  
– O projeto que acaba de ser lido vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PDT – PR)  
– A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição de recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2005 (nº 1.427/2003, na Casa de origem), que acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 5.614, de 5 de outubro de 1970, e §§ 1º e 2º ao art. 32 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 (dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ).

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PDT – PR)  
– Sobre a mesa, ofícios do Presidente da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. n. 459/06/SGM/P

Brasília, 10 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

**Assunto:** comunica envio de PL à sanção presidencial

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foram aprovados os §§ 3 e 4º do artigo 10 da Emenda de nº 1 e as Emendas de nºs 2 e 3, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei nº 4.776, de 2005 (PLC nº 62/05), do Poder Executivo, o qual “Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.”.

2. Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. n. 460/06/SGM/P

Brasília, 10 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

**Assunto:** comunica envio de PL à sanção presidencial

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovada a Emenda Única, oferecida por essa Casa ao Projeto de Lei nº 3.462, de 2000 (nº 10/03, nessa Casa), da Câmara dos Deputados, o qual “Anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT punidos em razão da participação em movimento grevista.”.

2. Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PDT – PR)  
– Os ofícios que acabam de ser lidos serão juntados

aos processados dos projetos a que se referem e vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PDT – PR) – O Senhor Presidente da República adotou, em 15 de fevereiro de 2006, e publicou, em 16 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 280, de 2006**, que altera a legislação tributária federal.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

### SENADORES

#### Titulares

#### Suplentes

#### Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

José Jorge (PFL)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Álvaro Dias (PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	vago

#### PMDB

Ney Suassuna	Wellington Salgado de Oliveira
Luiz Otávio	Valdir Raupp
Gerson Camata	vago

#### Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Delcídio Amaral(PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antonio Carlos Valadares (PSB)	vago

#### PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

#### PDT\*

Jefferson Péres	vago
-----------------	------

### DEPUTADOS

#### Titulares

#### Suplentes

#### PT

Henrique Fontana	Iara Bernardi
Colombo	João Grandão

#### PMDB

Wilson Santiago	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes

#### Bloco (PFL/Prona)

Rodrigo Maia	Kátia Abreu
Roberto Brant	Luiz Carlos Santos

#### PSDB

Jutahy Júnior	Eduardo Paes
---------------	--------------

#### PP

Mário Negromonte	José Linhares
------------------	---------------

#### PTB

José Múcio Monteiro	Ricarte de Freitas
---------------------	--------------------

#### PL

Luciano Castro	Miguel de Souza
----------------	-----------------

#### PPS

Fernando Coruja	Rogério Teófilo
-----------------	-----------------

#### PSB

Renato Casagrande	Dr. Ribamar Alves
-------------------	-------------------

#### PDT\*

Miro Teixeira	Álvaro Dias
---------------	-------------

\* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **16-2-2006**
- Designação da Comissão: **17-2-2006** (SF)
- Instalação da Comissão: **20-2-2006**
- Emendas: **até 22-2-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **16-2-2006 a 1º-3-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **1º-3-2006**
- Prazo na CD: **de 2-3-2006 a 15-3-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **15-3-2006**
- Prazo no SF: **de 16-3-2006 a 29-3-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **29-3-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 30-3-2006 a 1º-4-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **2-4-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **16-4-2006** (60 dias)

#### O SR. PRESIDENTE

(Alvaro Dias. PDT – PR) – O Senhor Presidente da República adotou, em 15 de fevereiro de 2006, e publicou, em 16 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 281, de 2006**, que *reduz a zero as alíquotas de imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica, e dá outras providências.*

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
------------------	------------------

**Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**

José Jorge (PFL)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Álvaro Dias (PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo(PSDB)	vago

**PMDB**

Ney Suassuna	Wellington Salgado de Oliveira
Luiz Otávio	Valdir Raupp
Gerson Camata	vago

**Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)**

Delcídio Amaral PT)	vago
Siba Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

**PTB**

Mozarido Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
---------------------	-----------------

**P-SOL\***

Heloísa Helena	vago
----------------	------

**DEPUTADOS**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
------------------	------------------

**PT**

Henrique Fontana	Iara Bernardi
Colombo	João Grandão

**PMDB**

Wilson Santiago	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes

**Bloco (PFL/PRONA)**

Rodrigo Maia	Kátia Abreu
Roberto Brant	Luiz Carlos Santos

**PSDB**

Jutahy Júnior	Eduardo Paes
---------------	--------------

**PP**

Mário Negromonte	José Linhares
------------------	---------------

**PTB**

José Múcio Monteiro	Ricarte de Freitas
---------------------	--------------------

**PL**

Luciano Castro	Miguel de Souza
----------------	-----------------

**PPS**

Fernando Coruja	Rogério Teófilo
-----------------	-----------------

**PSB**

Renato Casagrande	Dr. Ribamar Alves
-------------------	-------------------

**PCdoB\***

Renildo Calheiros	Jamil Murad
-------------------	-------------

\* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **16-2-2006**
- Designação da Comissão: **17-2-2006** (SF)
- Instalação da Comissão: **20-2-2006**
- Emendas: **até 22-2-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **16-2-2006 a 1º-3-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **1º-3-2006**
- Prazo na CD: **de 2-3-2006 a 15-3-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **15-3-2006**
- Prazo no SF: **de 16-3-2006 a 29-3-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **29-3-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 30-3-2006 a 1º-4-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **2-4-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **16-4-2006** (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PDT – PR)

– Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra. S. Exª dispõe do tempo que necessitar para o seu pronunciamento.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem abordei aqui alguns pontos relativos à Amazônia, mais propriamente projetos de minha autoria que visam a desenvolver a nossa região de maneira correta, projetos que partem de uma pessoa que nasceu lá, que vive na Amazônia e que a estuda com muito carinho.

Citei aqui projetos como por exemplo o que destina meio por cento do que a União arrecada com o Imposto de Renda e com IPI às instituições federais de ensino superior – assim compreendidas as universidades e os Centros Federais de Ensino Tecnológico. Citei também projeto que cria um adicional tarifário e, portanto, tira um percentual do que as grandes empresas recebem para formar um fundo para ajudar as empresas regionais da Amazônia, que, mais do que comerciais, na verdade são empresas que prestam serviço social àquela imensa área, com pouca segurança e com pistas na maioria das vezes inadequadas. Esse projeto já tinha sido apresentado anteriormente



por um Deputado de Roraima, foi ao Arquivo, e eu o reapresentei aqui no Senado Federal.

Outro projeto é o que cria as escolas agrotécnicas em meu Estado, visando justamente a aproveitar o que já foi feito pelo Incra, ao assentar colonos nos diversos Municípios, e pelo Governo do Estado, que deu as condições para que lá permanecessem, já que o Incra os abandonou. Nada seria mais justo do que os filhos desses agricultores e pecuaristas contarem no próprio Município com uma instituição que lhes desse condições de aprender mais, de evoluir tecnologicamente e de, portanto, produzir mais e melhor.

Outro projeto cria um colégio militar em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, e ele foi acrescido – pela emenda do Relator, Senador Tião Viana – da criação de um colégio militar também no Acre. É bom que se diga que, na Amazônia toda, só há um colégio militar, que é no Estado do Amazonas. Todos os outros Estados da Amazônia não dispõem de colégio militar. Essas instituições estão praticamente concentradas no Sul e no Sudeste e em alguns Estados do Nordeste e no Centro-Oeste.

Outro projeto que reputo importantíssimo é o da redivisão territorial do País. Esse foi um assunto muito debatido na Constituinte de 1988. E tive a honra de ser membro daquela Assembléia, quando transformamos os territórios federais de Roraima e Amapá em Estados, além de termos criado o Estado do Tocantins e de termos estabelecido, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, uma comissão para estudar a redivisão territorial. Essa comissão funcionou e recomendou a criação do Estado do Tapajós, de dois Territórios no oeste do Amazonas e do Território do Araguaia, no Mato Grosso, além de outros.

Pois bem, essas recomendações da comissão não prosperaram. O Executivo não se interessou em acolher essas sugestões, que, eu diria, estavam obedecendo a um ditame constitucional. E isso foi completamente esquecido.

Quando reassumi o mandato, reapresentei projetos nesse sentido. E aqui é bom que se esclareça que são projetos que apenas convocam plebiscito para saber se as populações querem ou não a criação de novos Estados ou Territórios na região.

E havia outro projeto – aliás, já foi aprovado, é lei – quando fui Deputado ainda. É o das Áreas de Livre Comércio de Pacaraima e de Bonfim. A Área de Livre Comércio de Pacaraima foi uma mensagem enviada pelo então Presidente José Sarney, que tinha realmente uma visão de desenvolvimento da Amazônia, do Norte e do Nordeste. E acresci, por intermédio de uma emenda, uma Área de Livre Comércio para Bonfim, que faz fronteira com a Guiana. O Município de

Pacaraima faz fronteira com a Venezuela. Então, nada mais justo que tivéssemos ali duas áreas de livre comércio, para intensificar o intercâmbio comercial com esses dois países.

Lamentavelmente, os projetos aprovados pelo Senado Federal estão engavetados, vamos dizer assim, na Câmara dos Deputados, ou caminhando a passos muito lentos. Alguns deles já estão lá há mais de três ou quatro anos.

Quanto aos da área de livre comércio, falta apenas uma regulamentação do Governo Federal para a sua efetiva implantação. É bom que se diga que esse projeto vem desde o tempo do Governo Collor e, até hoje, não foi de fato implantado. Espero que ainda, neste pouco tempo que falta para o fim do Governo Lula, o Presidente, efetivamente, faça a implantação. Eu tive a oportunidade de discutir a questão com os técnicos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que são favoráveis, assim como o próprio Ministro. A própria Superintendência da Zona Franca de Manaus, a quem vão ficar subordinadas essas áreas, é favorável também. Porém, o projeto continua no papel. Em relação à Amazônia, há um descaso imenso. Há somente a preocupação de se criminalizar o que se faz na Amazônia.

Quero até abrir um parêntese, mencionando o que eu diria ser um verdadeiro oásis no deserto: um bem feito para o meu Estado, no tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi fazer a interligação com a Hidrelétrica de Guri, na Venezuela, trazendo energia para o meu Estado. O Brasil está comprando energia da Venezuela, mas a um preço melhor. Pelo menos os “ecoterroristas” não podem dizer que estamos poluindo ou alagando nada, porque estamos comprando energia que vem de uma hidrelétrica que está no país vizinho. Esse é um grande exemplo de intercâmbio positivo.

Por outro lado, quando fui votar, no segundo turno, no Presidente Lula – no primeiro turno, não votei nele, mas no atual Ministro Ciro Gomes –, eu me convenci de que ele tinha melhores propostas para a Amazônia. Eu me lembro de uma frase que resumia o programa dele e que dizia que precisava haver um plano de governo que dissesse o que se podia fazer na Amazônia, a fim de evitar a continuação da política de dizer sempre o que não se podia fazer na Amazônia.

Para ilustrar, um dia desses, ouvi, em um aparte do Senador Mestrinho, S. Ex<sup>a</sup> dizer que, quando governador, foi procurado por pescadores que estavam sendo, vamos dizer assim, perseguidos pelos fiscais do Ibama, porque já não podiam pescar, já não podiam matar um jacaré que os estivesse atormentando. O Governador deu-lhes a seguinte orientação: matem o

fiscal do Ibama, porque o crime é afiançável. Se vocês matarem o jacaré, o crime é inafiançável. É lógico que essa foi uma frase de revolta que o Governador disse naquele momento, ao ver que aquela população ribeirinha, que sobrevivia da pesca e da caça, estava sendo vítima da política do “não”, do “não pode fazer”. Assim, como eles iriam viver?

Os vinte e cinco milhões de brasileiros que vivem na Amazônia hoje estão criminalizados. Os garimpeiros hoje praticamente já não existem, porque se colocou a pecha de que eles devastam o meio ambiente, poluem os rios. Com isso, milhares de brasileiros ficaram à margem e marginalizados como pessoas criminosas. Os pecuaristas, da mesma forma, estavam derrubando a mata para substituir por pastagem para botar o pé do boi, como se o brasileiro não comesse a carne do boi, como se o Brasil não fosse hoje o maior exportador de carne do mundo. E o Ibama e o Incra foram aos poucos, por meio de portaria, levando os agricultores a uma situação de completa inutilidade ou impossibilidade de eles trabalharem, pois, se um pequeno agricultor, uma pequena família recebe um lote, vamos dizer, de cem hectares, só pode explorar vinte hectares, porque oitenta hectares são de reserva natural. Têm que se reservar, não se podem tocar 80% desse lote. Ora, se ele vai viver em apenas vinte hectares, ele vai construir a casa dele, se for um pecuarista terá que construir os alojamentos, e, se for um agricultor, praticamente vai produzir para comer, e olhe lá! Além disso, há o fato de que não tem como exportar, como escoar o que produz.

Por outro lado, a briga mais recente é contra os madeireiros. Todo madeireiro na Amazônia está sendo acusado de agir na ilegalidade, de fazer tudo errado, de devastar a floresta, apesar de o próprio Ministério do Meio Ambiente dizer que caiu drasticamente o desmatamento na Amazônia, em muito mais do que 20%. E aí, logicamente, aproveitam-se de incidentes lamentáveis, condenáveis como foi o caso de Chico Mendes, no Acre, e da irmã Dorothy, no Pará, para fazer disso uma propaganda, de repercussão internacional, e para dar razões para que se continuem criminalizando esses brasileiros que lá vivem. O interessante é que certas ONGs transnacionais começam até a ditar o que deve ser feito ou não no Brasil. Vou nominar pelo menos duas, porque participaram da discussão do projeto de aluguel das nossas florestas: o WWF e o *Greenpeace*.

Na verdade, até as Forças Armadas hoje estão tendo dificuldade de cumprir seu papel constitucional na Amazônia, de defender as nossas fronteiras, de garantir a nossa soberania. Lá no meu Estado mesmo, o Exército teve que ir para a Justiça para construir um

pelotão de fronteiras no Município de Uiramutã, que fica numa divisa com a Venezuela e com a Guiana. E a Venezuela e a Guiana, naquela região, são despovoadas, mas têm um conflito de terras. A Venezuela não reconhece a área que a Guiana diz ser dela. Então, imaginem a que ponto chegamos com relação à ONGs: num caso específico, o Conselho Indígena de Roraima entrou com uma ação, por meio do Ministério Público, para impedir a construção do pelotão de fronteira naquela região.

Dessa forma, o Brasil realmente está sendo ocupado de maneira inteligente e com o nosso aval, porque, na verdade, as leis são aprovadas na Câmara e no Senado; as medidas provisórias são editadas pelo Presidente da República; os projetos de maior interesse para certos setores vêm para cá em urgência constitucional, como – repito – foi esse projeto de aluguel das florestas, que foi melhorado aqui no Senado, mas, mesmo assim, temos de ficar muito de olho nele, porque se expõem as florestas ao aluguel por empresas que, no projeto, dizem ser nacionais, mas, na prática, sabemos que a coisa mais simples do mundo é uma empresa transnacional se travestir de nacional. Está aí o exemplo da GTech com a Caixa Econômica Nacional: quem venceu a licitação da Caixa Econômica Federal foi uma empresa brasileira chamada Racimec; depois, a GTech comprou a Racimec e com isso adquiriu o direito de explorar a parte de informática dos sorteios da loteria, que é um contrato milionário. E conseguiu como? Por meio de liminares da Justiça.

Agora, na Amazônia, se você olhar com calma... E espero que os brasileiros ouçam-me com cuidado, porque viver em São Paulo, no Rio de Janeiro é uma coisa, mas, ao ouvir falar da Amazônia pela televisão ou pelos jornais, nota-se uma distorção muito grande. Na verdade, esse projeto de aluguel das florestas está abrindo uma guarda muito grande. São 300 milhões de hectares de florestas que poderão ser alugadas por 40 anos e renováveis por mais 40 anos. E o que é pior, o título de concessão do aluguel pode servir, como diz no projeto, como garantia para financiamentos externos. Ora, então é muito fácil deduzir que, se eu alugo uma floresta e posso usar o documento que o Governo me dá de que aluguei por 40 anos como garantia de financiamento, na prática, estou internacionalizando a floresta amazônica. Aí, vêm os defensores e dizem que é a árvore e não a terra. E onde é que está a árvore? No ar? Não. A árvore está na terra.

E mais sério ainda é que se está criando outro órgão para essa parte florestal, o Serviço Florestal Brasileiro, que é gerido apenas pelo Ministério do Meio Ambiente, como se a Amazônia tivesse a ver apenas com o meio ambiente e não tivesse nada a ver com



agricultura, nada a ver com pecuária, nada a ver com mineração, nada a ver com saúde, nada a ver com educação.

Então, é preciso realmente que tenhamos coragem de discutir esse projeto. Após o Carnaval, espero inclusive convidar os Governadores da Amazônia – eu sou Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia, que é ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – para discutirmos um projeto que seja conjunto.

Este ano completarão 506 anos que a Amazônia pertence ao Brasil, e foi pertencendo aos poucos, porque fomos conquistando-a dos espanhóis. Em todo esse tempo, apenas 12% da Amazônia foram mexidos, com a criação de cidades, vilas, estradas e, obviamente, projetos agropecuários. Agora, chegamos ao cúmulo de uma ONG entrar com uma representação, acolhida pelo Ministério Público, para que o Exército Brasileiro não possa construir um quartel numa faixa de fronteira – aliás, numa linha de fronteira, digamos assim, delicadíssima – é o absurdo dos absurdos.

Chamo a atenção não somente dos Parlamentares da Amazônia, porque eles conhecem bem a região, da diferença que existe entre um Estado e outro da Amazônia; é gritante. Por exemplo, o meu Estado de Roraima em nada se compara aos Estados do Acre e de Rondônia. São ecossistemas diferentes dentro da Amazônia. A Amazônia é vendida como se fosse somente floresta, entretanto, pelo menos um terço do meu Estado é coberto do que chamamos aqui no Centro-Oeste de cerrado, conhecido lá por lavrados. Denomina-se assim porque não há árvores e, sim, campos naturais que se prestam à pecuária.

Sr. Presidente, embora este seja um ano eleitoral, espero que possamos dar uma resposta positiva ao Brasil e à Amazônia, repetindo sempre aos brasileiros que lá não vivem: olhem mais para a Amazônia antes que ela deixe de ser nossa, porque, aos pouquinhos, ela está deixando.

Se observarmos hoje o mapa da Amazônia, notaremos que o que não é reserva indígena é reserva ecológica; o que não é uma coisa nem outra é corredor ecológico; o que não é nenhuma dessas três coisas é floresta nacional; o que não é nada disso é área de interesse não se sabe de quem. O certo é que ninguém prega a devastação da Amazônia, tampouco ninguém é tão burro de pregar que uma árvore, um ser vivo que nasce, cresce e morre, não deva ser aproveitada em benefício não só dos milhões de habitantes que estão na Amazônia, mas também dos milhões de habitantes que estão fora de lá.

Aliás, já se disse que a Amazônia não é um problema para o Brasil; ela é e pode ser, muito em bre-

ve, a solução para muitos dos nossos problemas. Se explorássemos pelo menos a metade da riqueza que está na Amazônia – refiro-me aos minerais, aos produtos florestais, à potencialidade da agricultura e da pecuária –, estaríamos efetivamente mais avançados e talvez não estivéssemos tão pendurados em dívida externa e interna, precisando renegociar todo ano aqui a dívida de produtores rurais.

Portanto, quero deixar aqui um protesto, principalmente em nome do povo de Roraima, porque já se finda o Governo Lula e nada de afirmativo mesmo foi feito em benefício do Estado de Roraima e da Amazônia.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.*

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Mozarildo.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra, pela Liderança, ao Senador Sérgio Zambiasi e, em seguida, ao Presidente Marco Maciel, para fazer uso da palavra conforme o tempo que entender necessário.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Heloísa Helena, Srªs e Srs. Senadores, venho à Tribuna para registrar o início, hoje, na cidade gaúcha de Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, do mais importante evento do setor vitivinícola brasileiro: a 26ª edição da Festa da Uva, que ocorre de hoje ao dia 5 de março e que reunirá cerca de 400 expositores que vão mostrar o que há de melhor na nossa produção de uvas e de vinhos.

Com o tema “A alegria de estarmos juntos”, a festa homenageia na edição deste ano os diferentes povos e culturas do município e da região. Assim, o evento que ocorre a cada dois anos quer recuperar a pluralidade expressa nos primeiros povoadores da região de Caxias do Sul: o índio, o negro, o tropeiro, o colono alemão e o imigrante italiano.

Além da cultura local, *shows* nacionais e internacionais, está programada a distribuição de 300 toneladas de uva aos visitantes. Aliás, é esperado mais de um milhão de pessoas no Parque de Exposições de Caxias do Sul – 250 mil a mais que em 2004. Cada visitante deverá consumir em média 300 gramas da fruta, representando um total de 300 mil quilos de uva.

Paralelamente à Festa da Uva, ocorrerá a 20ª Feira Agroindustrial, que vai abrigar o Shopping Rural. No local, os expositores todos de Caxias do Sul colocarão a mostra máquinas e equipamentos agrícolas, além de orquídeas, mel, avestruzes, mobiliário rural e artigos gauchescos.

O evento de hoje conta com a ilustre presença do Presidente Lula, que anuncia medidas importantes ao setor vitivinícola, como convênios para promover a cadeia produtiva e a ampliação de recursos e prazos de pagamento para o financiamento da safra.

Sr. Presidente Alvaro Dias, tão importante quanto os números que a Festa da Uva gera ao nosso País, são a história e a cultura que traz a cada nova edição. Tudo começou em 1875, quando os imigrantes italianos começaram a chegar à região serrana do Rio Grande do Sul, levando junto a paixão pela uva e pelo vinho, passada de geração a geração.

No dia 7 de março de 1931, uma discreta e elegante exposição de uvas marcou a primeira edição da Festa da Uva. No dia 5 de março de 1932, ocorreu a segunda edição da festa, que contou com um desfile de alegorias sobre rodas, puxadas por juntas de bois ou cavalos, representando a produção de algumas colônias da região.

De lá para cá, muita coisa mudou. A festa cresceu expressivamente e hoje faz parte do nosso calendário turístico e cultural. Além da pujança econômica, o evento conta com o desfile de carros alegóricos pelas ruas de Caxias, confraternizações festivas e bailes de gala, um verdadeiro acontecimento.

Relembrando o nosso passado e avaliando o presente, podemos dizer que a história da vitivinicultura nacional confunde-se com o processo de colonização da região nordeste do Rio Grande do Sul, a Serra Gaúcha. De um Estado cuja média anual de produção fica em torno de 330 milhões de litros, saem 90% dos vinhos e derivados elaborados no País. A cadeia produtiva vitivinícola gaúcha envolve 620 estabelecimentos vinificadores e quase 13 mil unidades produtoras de uva, gerando emprego e renda para mais de 80 mil pessoas.

O vinho faz parte do dia-a-dia do povo gaúcho, é um dos mais importantes produtos da nossa economia e um dos mais expressivos símbolos da cultura do Rio Grande do Sul. Foi essa herança dos imigrantes italianos a principal precursora do desenvolvimento turístico

do nosso Estado e um marco para a realização desse grande evento que é a Festa da Uva.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Concedo o aparte ao Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Nobre Senador Sérgio Zambiasi, quero cumprimentar V. Exª pelo registro que faz da abertura hoje da tradicional Festa da Uva. Até poderia começar dizendo, como, aliás, V. Exª já fez questão de salientar, que hoje a Festa da Uva é muito mais do que a Festa da Uva, por mais importante que seja esta atividade para o País, de modo especial para o Rio Grande do Sul, porque ela se converteu também numa grande feira industrial que, de alguma forma, exhibe a pujança do Estado mostrando uma indústria já bastante sofisticada, não mais dependente da importação de equipamentos do exterior. Tive a oportunidade, mais de uma vez, inclusive como Vice-presidente da República, de comparecer à Festa da Uva, representando o Presidente da República, à época o Presidente Fernando Henrique Cardoso. E pude ver com meus próprios olhos o quanto é significativa para o Rio Grande do Sul, e eu diria para o País, a Festa da Uva. É um momento de congraçamento, o que mostra também como foi importante para o País o movimento migratório que ocorreu basicamente no final do Século XIX e início do Século XX e que em muito enriqueceu a nossa diversidade étnica, com a presença de alemães, italianos, poloneses, enfim, de europeus. Geralmente, quando se fala na formação étnica do Brasil, sempre se lembra, naturalmente, da presença do índio, do negro e do branco, mas nem sempre se menciona a onda migratória que ocorreu bem depois da nossa “descoberta” e que foi muito importante para o País, que foi essa corrente de europeus e também de asiáticos, de modo geral – japoneses, etc –, o que muito ajudou a melhorar o que os americanos chamam de *melting pot*, ou seja, a nossa formação, o nosso cadinho étnico. Aquele é o momento em que vemos isso bem claro, puxado, logicamente, pela componente italiana, que é muito forte na região e envolve toda essa diversidade cultural brasileira, apresentando resultados muito expressivos. Por isso, eu me associo ao júbilo de V. Exª, interpretando o sentimento de seu bravo povo gaúcho. Estou certo de que essa festa é mais um momento para pensarmos o Brasil, seus problemas e seu futuro. Tenho uma visão muito otimista com relação ao Brasil. Creio que temos tudo para ser uma grande nação. Espero que este seja o século em que o País possa exercer não um protagonismo no Século XXI, mas estou certo de que teremos uma presença forte na sociedade internacional, pois temos tudo para ser uma grande nação. Lembro-me do livro de Stefan Zweig\*: **Brasil, País do Futuro**. O futuro começou a habitar dentro de

nós. A Festa da Uva é um exemplo das potencialidades de nosso País e da certeza de que temos todas as razões para acreditar em um país capaz de realizar o sonho intenso de que fala o Hino Nacional; um sonho intenso que pode se transformar em realidade. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS)** – Senador Marco Maciel, agradeço a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e o testemunho da importância desse evento em meu Estado, na região serrana, que não é apenas de Caxias do Sul, mas do Rio Grande do Sul, pois trabalha a auto-estima de todos os gaúchos, com toda certeza.

A evolução do setor vitivinícola é prova do que diz V. Ex<sup>a</sup>. Hoje, esse setor importante da cultura e da economia gaúcha é altamente competitivo no mercado internacional. Foi daquela região que saíram aqueles que estão no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, na Bahia e em outras regiões com vinícolas, expandindo, portanto, a produção da vitivinicultura, produzindo não apenas o vinho gaúcho, mas o vinho brasileiro – o que para nós é muito importante –, e começando a competir de igual para igual em edições internacionais.

**O Sr. Marco Maciel (PFL – PE)** – Nobre Senador Sérgio Zambiasi, já que V. Ex<sup>a</sup> citou essa questão, gostaria de mais uma vez interrompê-lo para dizer que, de fato, esse enlace entre Rio Grande do Sul e Pernambuco no desenvolvimento da indústria vitivinícola é muito importante para os dois Estados. Para Pernambuco, foi muito mais significativo, se assim posso dizer, porque começamos, em pleno semi-árido, às margens do rio São Francisco, a fazer uma revolução em que muitos não acreditavam, e hoje o êxito é evidente. Isso ocorreu, primeiro, pela visão que tiveram os Governadores de Pernambuco, sobretudo a partir do Governo Nilo Coelho, em apropriadamente explorar o rio São Francisco e, por meio da irrigação, tornar a região semi-árida e de baixa produtividade em uma região fértil. Para isso, também concorreram para o intercâmbio no campo da ciência e da tecnologia entre Rio Grande do Sul e Pernambuco e Bahia, no eixo Petrolina-Juazeiro, a ida de empresários do Rio Grande do Sul, inclusive da sua região. Com isso, foi possível dar esse salto que seria impensável e, eu até diria, inimaginável há cerca de 40 ou 50 anos. Por tudo isso, V. Ex<sup>a</sup> tem razão em fazer o registro oportuno dessa festa. Aproveito a ocasião para cumprimentar o seu Governador, Germano Rigotto, que vem realizando um bom trabalho. De alguma forma, esse trabalho corresponde também a um grande e “exitoso” esforço do Governador Jarbas Vasconcelos em Pernambuco. Acredito que, a partir daí, possamos pensar nesse país grande de que falamos há pouco.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS)** – Mais uma vez, muito obrigado pela manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marco Maciel.

Efetivamente, faço o registro da importância do esforço do Governador Germano Rigotto, assim como do Prefeito de Caxias do Sul, José Ivo Sartori, ex-Deputado Federal e nosso companheiro, para que a 26ª edição da Festa da Uva tivesse a repercussão que está tendo, o que motivou, inclusive, o Presidente Lula a estar presente hoje naquele Estado. Sua Excelência está em Porto Alegre, agora pela manhã, no encerramento do Encontro Mundial de Igrejas; logo à tarde, estará em Flores da Cunha, onde anuncia apoios aos investimentos à pesquisa e à tecnologia no setor da vitivinicultura, e abrirá oficialmente a Festa da Uva. Sem dúvida alguma, o esforço do Governador Germano Rigotto nesse sentido tem sido reconhecido por todos os gaúchos e começa a ser reconhecido também nacionalmente.

Para encerrar, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, leio uma estrofe da música tema da 26ª edição da Festa da Uva, que tem trechos em italiano, espanhol e alemão e exalta a importância dos imigrantes para o desenvolvimento da nossa terra:

Vieram de terras distantes  
Como sementes nas asas do vento  
Somos fruto de um sonho imigrante  
Na safra do nosso tempo.

Como gaúcho e descendente daqueles primeiros italianos que desembarcaram em nossas terras, cheios de sonhos e esperanças, não posso deixar de me emocionar ao ver o crescimento dos frutos deixados por nossos antepassados.

Desejo sucesso a mais uma edição da Festa da Uva, em Caxias do Sul, na Serra Gaúcha.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Sérgio Zambiasi, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Alvaro Dias, suplente de Secretário, e Mozarildo Cavalcanti.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) –

Sr. Presidente, nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores venho hoje à tribuna fazer um rápido balanço da convocação extraordinária que se concluiu na terça-feira desta semana e também algumas considerações sobre a sessão legislativa que se instalou na quarta-feira passada, dia 15 de fevereiro, por prescrição constitucional.

Começaria dizendo, Sr. Presidente, que o balanço da convocação extraordinária foi positivo; diria que acima do que se esperava pelo número de proposições aprovadas. Sem querer descer a detalhes, mostrando as diferentes proposições acolhidas quer pela Câmara



dos Deputados, quer pelo Senado Federal, gostaria de, num quadro muito sinótico, lembrar, como o disse o Presidente Renan Calheiros, que o Senado em 42 sessões, aprovou 123 matérias; no mesmo período, a Câmara dos Deputados fez 34 sessões e aprovou 101 matérias.

É lógico que ao se mencionar o número de matérias aprovadas, nós temos que reconhecer que algumas são mais significativas que outras. É sempre bom ter presente que nós não podemos ficar limitados a uma análise apenas de números. Nós devemos olhar não somente a quantidade, mas principalmente a qualidade da produção legislativa. É fundamental que o Congresso Nacional seja uma instituição capaz não somente de aprovar leis importantes, mas também de analisar o que é mais importante para o País, seu povo, suas instituições.

Entre as matérias aprovadas pelo Congresso Nacional durante a convocação extraordinária, destaco algumas propostas de emendas constitucionais. Começo lembrando que pela PEC nº 49 se alterou o **caput** do art. 21 da Constituição, que a meu ver representa grande passo para nosso País. A referida PEC, que é de autoria do Senador Jorge Bornhausen, foi aprovada pelo Senado e teve igual recolhimento na Câmara dos Deputados. Vai permitir excluir do monopólio da União a produção, comercialização e autorização de radioisótopos de meia-vida curta para uso médico, agrícola e industrial. Isso representa uma revolução na melhor utilização da medicina nuclear, não somente para o diagnóstico, mas também para o tratamento de enfermidades, sobretudo no campo da oncologia, ou seja, no tratamento do câncer. Além disso, essa emenda tem também significação no campo da agricultura. Por exemplo, a utilização de radioisótopos pode contribuir para a descoberta de lençóis aquíferos, além de ajudar na conservação de certos produtos agrícolas. É também muito usada a radiação gama na conservação da cebola, por exemplo. Em Pernambuco, há uma região no São Francisco que produz cebola. Como se sabe, esse produto é altamente perecível, e a radiação gama pode conservá-lo por tempo mais longo, ensejando, conseqüentemente, o acesso ao mercado internacional. Portanto, essa é uma emenda importante.

A propósito, gostaria de lembrar que em Pernambuco, ao tempo que fui Vice-Presidente da República, iniciamos a construção do Centro Regional de Ciências Nucleares, hoje em estágio bastante avançado, que se beneficiará também, da aprovação dessa emenda, e concorrerá para, entre outras atividades, melhorar o desempenho do pólo médico de Pernambuco. Pernambuco tem uma medicina bastante avançada, e naturalmente, com a Emenda Constitucional nº 49, os nordestinos, sobretudo os portadores de doenças mais graves, não serão compelidos a se deslocar para fazer

tratamento, por exemplo, em São Paulo, como ocorre com frequência em todo o Nordeste, o que dificulta e encarece muito o custo do tratamento.

Outra PEC aprovada e para a qual também não podemos deixar de chamar a atenção diz respeito ao novo tratamento dado às Medidas Provisórias. Elas foram criadas na Constituição de 1988 e representam a continuidade, sob nova forma, dos antigos decretos-leis do regime militar. Mas me parece que a emenda pior do que o soneto, ou seja, os seus efeitos sobre a produção legislativa por parte do Congresso, foram muito grandes o que está contribuindo, e muito, para que a atividade congressual se processe de forma inadequada. Ou seja, estamos mais do que convencidos que esse é um instituto que precisa ser revisto. Há até quem defenda, talvez numa posição mais radical, que esse instrumento deveria ser expelido, expungido do texto da Constituição. De toda maneira, é um tema em debate. E precisamos encontrar uma solução correta para a edição de Medidas Provisórias, que tem sido feita de forma indiscriminada, sem, às vezes, atender aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, contribuindo para reduzir a análise das proposições de iniciativa do Congresso Nacional, ou seja, está havendo uma redução acentuada de aprovação de matérias de iniciativa dos Deputados e dos Senadores em função do grande número de Medidas Provisórias. Elas trancam as pautas e têm prioridade na sua apreciação porque são apreciadas. A meu ver – friso, mais uma vez –, isso não é bom para o Congresso Nacional e, de modo especial, para o Brasil.

Também devo mencionar o projeto de Lei que aprovamos, que amplia em um ano a duração do ensino fundamental. Isso é algo que deve ser encarado como positivo, porque, a exemplo do que já ocorre no mundo, cada vez mais, fica evidente a imprescindibilidade de fazer com que o Brasil dê à educação a prioridade que os países mais afluentes dão – porque são mais afluentes, são também mais influentes. Na verdade, se considerarmos a experiência da Europa, da Ásia, dos Estados Unidos, vamos verificar que o Brasil precisa investir cada vez mais e melhor na área da educação. O ensino fundamental é à base de tudo, e temos cada vez mais que aumentar a carga horária, criar condições para que haja uma educação integral.

Com a sanção do projeto, ele vai ajudar no sentido de que a educação seja a grande prioridade brasileira. Insisto em dizer que educação é a grande questão do País, a questão estrutural com que se defronta o País. Nesses tempos de mundialização, de globalização, fica muito evidente porque, se desejamos ter uma participação maior na comunidade internacional, se queremos aumentar a nossa inserção na comunidade internacional, será fundamental investir em educação, ciência e tecnologia. Sem esse caminho, obviamente,

não teremos a competitividade necessária para dar ao País a presença que ele pode ter no mundo, neste novo milênio, neste novo século que surge.

Desejo também, Sr. Presidente, mencionar, entre as matérias aprovadas, esta pela Câmara dos Deputados, a PEC que extingue o instituto da verticalização, inédito na legislação brasileira.

A verticalização foi adotada por uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral, respondendo a uma consulta, em 2002. A resolução foi publicada em 19 de abril de 2002 e representou para nós algo sem precedentes na legislação político-eleitoral brasileira. E diria até que, semelhante ao instituto da verticalização, talvez nós só pudéssemos, na nossa história político-partidária, tomar como exemplo o voto vinculado, adotado nas eleições de 1982, ainda durante o regime militar, ao tempo que governava o País o Presidente João Baptista Figueiredo.

Desde 1932 – vou tomar 1932 como exemplo porque foi o ano em que foi editado o Código Eleitoral, após a Revolução de 30, uma revolução transformadora para nosso País – até nossos dias, nós não conhecíamos algo semelhante ao que foi estabelecido pelo TSE, o chamado instituto da verticalização.

Entendemos que foi muito oportuno que a Câmara tenha permitido – a exemplo do que já ocorria no Senado no ano 2002 –, durante a convocação extraordinária, encerrar a votação da matéria e que agora está pendente de promulgação por parte do Congresso Nacional.

Acho que isso foi muito importante para o País e para as suas instituições. E, sobretudo, Sr. Presidente, a desverticalização vai representar, algo muito importante para a nossa Federação, algo muito importante para a vertebração de verdadeiros partidos políticos no País, para dar ao eleitor melhores condições para o exercício do voto. Também que foi muito importante para o processo democrático brasileiro.

Digo que a desverticalização vai ser importante para a Federação porque parto do pressuposto de que a verticalização retirou dos Estados e do Distrito Federal a possibilidade de decidir de acordo com os interesses das respectivas Unidades Federativas. O Brasil é um Estado federal, um estado composto, portanto, desde a Constituição de 1891, que foi a Constituição que institucionalizou a República, proclamada em 1889.

A meu ver, a verticalização, por determinar que as coligações nacionais é que condicionam as coligações dos Estados, representou um retrocesso numa grande conquista brasileira que foi a Federação. É bom ter presente – e insisto muito neste ponto sempre – que o Brasil, ao se converter em república, foi automaticamente transformado também em república federativa. Já o decreto de Deodoro dizia, em 15 de novembro de 1889: “O Brasil é uma república federativa”.

E até vou mais além. Vejo aqui Rui Barbosa, entronizado no nosso Plenário como a iluminar nossos passos, que foi um dos grandes pró-homens da República, antes de ser republicano foi federalista e só se converteu em republicano quando se convenceu de que, sem a república, não era possível estabelecer a Federação no nosso País.

Sinto que a Federação no Brasil ainda não é algo concreto, real. É lógico que especialistas em Direito Constitucional vão dizer, certamente, que a Federação brasileira nasceu de um Estado unitário e que as verdadeiras federações são aquelas que nascem de Estados que se unem para estabelecer uma Federação. Foi o que aconteceu, por exemplo, com os Estados Unidos, com a Alemanha; o caso da Suíça também pode ser dado como exemplo, apenas para dar três exemplos.

Eu também não vou aqui fazer um histórico sobre como isso se processou nesses países, mas é bom lembrar que, diferentemente do que aconteceu nos casos a que me referi, a Federação no Brasil nasceu de um Estado unitário. Ela nasceu sofrendo de uma debilidade congênita porque, no Império, o Estado era unitário e, conseqüentemente, era muito grande a concentração de atividades e atribuições na Corte, ou seja, nós éramos um Estado unitário caracterizado por uma grande concentração do poder central nas mãos do Imperador. Isso fazia com que as então províncias, como assim se chamavam, tivessem limitada possibilidade de deliberação.

É lógico que se poderá dizer que o Ato Adicional de 1834 representou um momento de diástole, de fortalecimento das então províncias. Mas logo depois, em 1840 – se não estou equivocado – veio a Lei de Interpretação, que novamente fez uma sístole, concentrou novamente os poderes em torno do poder central.

Então, esse desejo federativo foi que marcou um grande período na nossa história, inclusive com algumas revoluções – em meu Estado, Pernambuco, a Revolução de 1817, mas, sobretudo em 1824, tida até como uma Revolução Autonomista. E sempre se atentou para esta questão de que um país com as dimensões do nosso não poderia ser governado a partir de uma única instância central.

A verticalização representa mais um retrocesso no campo da afirmação da Federação. E isso não é bom para a cidadania, porque, quanto mais concentração há em torno do poder central, menos participação tem o cidadão. E a democracia começa na cidadania.

Por outro lado, a verticalização é muito inconveniente para o fortalecimento dos partidos, porque, quebrando toda uma vertebração da formação dos nossos partidos, a verticalização retira a autonomia de que os partidos, no plano regional, dispõem para fazer suas composições, de acordo, inclusive, com

as peculiaridades locais, que são muito diferentes da questão nacional.

Sabemos que as eleições são feitas, no modelo federativo em vigor, em três grandes instâncias, chamadas circunscrições pela própria lei, se não me engano no art. 86 do atual Código Eleitoral, estabelece que a circunscrição nacional, que é aquela instância em que se delibera sobre a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República; a circunscrição regional, que diz respeito aos Estados e Distrito Federal – são 27 unidades Federativas no Brasil; e, finalmente, a circunscrição municipal, que diz respeito aos municípios.

Com respeito a verticalização, praticamente a circunstância federal condiciona, como condicionou em 2002, a circunstância estadual e regional. E isso foi muito ruim para os partidos políticos brasileiros. Eu, que luto há muito e muito tempo, desde a década de 70, por uma reforma política, que hoje já chamo de reforma institucional, porque ela tem uma abrangência muito maior do que melhorar o desempenho do sistema eleitoral e partidário brasileiro fiquei muito preocupado desde que a verticalização foi estabelecida pelo TSE, que, espero, seja revista pela Emenda Constitucional a ser promulgada, nos próximos dias. Porque, de alguma forma, – ao contrário do que muitos pensam, que possa ajudar no fortalecimento dos partidos – ao meu ver, cria enormes dificuldades para que eles possam funcionar com a liberdade que carecem, e que necessitam. Se quisermos fortalecer os partidos políticos brasileiros, precisamos, antes, fazer justamente a reforma político-institucional; ou seja, alterar o sistema eleitoral, já que, no sistema eleitoral dos nossos dias, o voto não é dado a um partido, é dado a um candidato.

O sistema eleitoral que adotamos no Brasil, que é o sistema proporcional por listas abertas, vincula o eleitor não ao partido, mas ao candidato. Então, o voto no Brasil é “fulanizado”. Quando perguntamos a alguém, depois da eleição, como votou, ele diz: votei em João, em Manuel, em Maria, em Pedro etc, porque, na realidade, ele não votou no partido, ele não votou num programa. Daí por que temos de começar uma verdadeira reforma política alterando o sistema eleitoral brasileiro. Depois, adotar outras medidas para fortalecer o sistema partidário, através da fidelidade partidária, por uma melhor definição programática dos partidos, pela execução da cláusula de desempenho etc. Enquanto não fizermos isso, certamente os nossos partidos não ganharão sua necessária solidez, sua necessária vertebração para que possam assegurar aquilo que é o objetivo fim do sistema eleitoral partidário brasileiro que é ensejar – friso a governabilidade.

Ouçó com prazer o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, nesta matéria e em tantas outras, dá uma verdadeira aula. Só há um ponto que, embora já tenha tido uma decisão do Congresso, estaria pendente de uma interpretação do Supremo. É pensar em verticalização antes dessas providências de que V. Ex<sup>a</sup> falou, porque, se os partidos não têm personalidade própria, se não há um sistema partidário em que o eleitor priorize o partido e não o fulano, então vamos começar com a verticalização. Em um País do tamanho do nosso, estamos começando a construir a casa a partir do telhado.

**O SR MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Muito bem! É verdade. V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Eu acho que olhar as peculiaridades regionais também deve ser um ponto de vista do sistema partidário, porque nem sempre uma aliança partidária feita, digamos, com a visão do Sul e do Sudeste é a mesma lá do nosso Norte, do Nordeste. É importante lutarmos. Talvez este ano não seja apropriado, porque é ano eleitoral, mas logo após devemos lutar para fazer uma reforma partidária profunda e que possa valer para mudar esse sistema de “fulanização” da política.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> fez uma imagem muito feliz, quando disse que a verticalização, se é que pretendeu melhorar o sistema eleitoral partidário, cometeu o equívoco de pensar que poderia melhorar a estrutura de uma casa começando por alterar o seu telhado.

De mais a mais, a verticalização produziu um efeito contrário, porque reduziu o pluralismo. A democracia é, por essência, um sistema que se apóia na diversidade de opiniões, de palavras, de votos. Com a verticalização, reduziu-se e se reduzirá, e muito, o pluralismo, que não é outra coisa senão uma das características essenciais de uma verdadeira democracia.

Robert Dahl, que tem um livro muito interessante sobre poliarquia, certa feita num debate com um especialista italiano sobre o tema, fez questão de afirmar que, quando concebeu aquelas suas idéias sobre poliarquia, queria justamente dizer que, ela, reforça o pluralismo, que é essencial à vida democrática.

Na medida em que a verticalização condiciona os Estados a se submeterem ao paradigma nacional, isso naturalmente retira a possibilidade de que os entes federativos se componham de acordo com a realidade de cada Estado, porque, em cada Estado, em cada circunscrição, há um tipo de visão dos seus problemas e de como resolvê-los. Isso foi o que vimos em 2002, cujos efeitos foram danosos: muitos partidos



importantes não puderam ter candidatos à Presidência da República porque, se os tivessem, certamente isso iria acarretar a quebra de coligações feitas pelos partidos nos respectivos Estados.

O único argumento que se levanta em defesa da verticalização é que isso poderia fortalecer os partidos. Mas só aconteceria se já tivéssemos no País verdadeiros partidos. Precisamos construir os partidos. É lógico que o quadro já foi pior.

Então, precisamos estabelecer verdadeiros partidos, mas não é por esse caminho. Nós sabemos por onde é, e sabemos que não é por aí.

Farei outro tipo de raciocínio, por hipótese. Tramita na Câmara dos Deputados proposta de emenda constitucional que busca estabelecer eleições gerais, ou seja, eleições presidenciais concomitantemente com as eleições dos Estados e Municípios: eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Distrital, no caso de Brasília, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

Certo dia, o Deputado Afonso Camargo me procurou para que eu comparecesse a Comissão da Câmara para dar um depoimento sobre essa questão. Na ocasião, ocorreu-me o seguinte raciocínio: se acontecer a aprovação de uma das emendas que tramitam na Câmara – pelo menos, duas ou três – nessa direção, haverá um fato paradoxal.

Citarei o Município de Guaribas, que foi considerado o mais pobre município do Piauí. O voto para a eleição de um vereador de Guaribas estaria condicionada à coligação estabelecida para Presidente da República. Em outras palavras, significaria retirar do eleitor, do cidadão, a possibilidade de opinar sobre os assuntos da sua cidade.

Sr. Presidente, a aprovação dessa proposta foi muito importante. Como lembrou o Senador Mozarildo Cavalcanti, acredito que agora devamos pensar em retomar o debate da reforma política. É certo que não agora. Se não agora, quando? Assim que se instalar a próxima legislatura. Estamos cumprindo a quarta sessão legislativa desta legislatura. No primeiro domingo de outubro, teremos eleições para a nova legislatura. Será o momento de pensarmos na reforma política, porque, quando se inicia uma legislatura, ainda distante de outra eleição, há condições para que, possamos pensar em regras que venham a melhorar o nosso desempenho político-institucional. Mudar as regras do jogo em ano de eleição é sempre perigoso, porque corremos o risco de isso resvalar em um casuísmo que em nada contribui para o fortalecimento das nossas instituições. Se começarmos a discutir o tema tão logo a legislatura de 2007 se instale, certa-

mente daremos ao País um bom projeto, que ofereça melhores condições de governabilidade.

Não quero reduzir as chamadas reformas político-institucionais – friso mais uma vez – à questão eleitoral-partidária. Nós temos de alterar o sistema eleitoral, é verdade, e também de avançar no campo de medidas de fortalecimento dos partidos políticos – já mencionei algumas dessas mudanças – e também no sentido do aperfeiçoamento do sistema de governo que praticamos. Isso envolve uma análise de como remover zonas cinzentas que ainda afetam o desempenho entre os três Poderes da República, que são independentes, mas devem ser harmônicos. Devemos considerar como aprimorar o funcionamento do Executivo, do Legislativo e do Judiciário há muito que fazer nesse campo.

E precisamos olhar com cuidado a questão federativa porque noto que a Federação, no Brasil, é uma planta que ainda não tem raízes profundas. Enfim, tivemos tempos de fortalecimento federativo e tivemos tempos estes mais longos de contração das decisões no plano federal. Muitos e muitos episódios da história poderiam levar a confirmar o que estou dizendo. Enfim, a Federação, no Brasil, ainda é débil, extremamente débil. Isso, a meu ver, é algo totalmente na contramão da nossa história, ou seja, do desejo daqueles que tanto concorreram, no Império e na República, para que nós fôssemos uma verdadeira federação.

Certa feita, Campos Salles, que foi um dos grandes Presidentes da República do Brasil, logo no começo do período republicano, disse uma frase lapidar: “O que querem os Estados quer a União”. Com isso poderia dizer o seguinte: o que quer a sociedade em sua diversidade, em suas disparidades econômico-sociais, deve querer a União porque ela deve buscar realizar aquilo que os entes federativos desejam. E a Constituição de 88 avançou na sua definição do Estado Federal ao admitir também como entes federativos os Municípios, que, antes da Constituição de 1988 – e vou tomar a Constituição de 1988 como o marco da questão –, se constituíam em circunscrições político-administrativas nos respectivos estados. A Constituição de 1988 ousou ao reconhecer também os municípios como entes federativos e, de alguma forma, com alguma razão: porque a vida começa na cidade, no município. É muito comum se repetir aqui e alhures que a vida é um assunto local. Fortalecendo a Federação, estaremos criando condições para um desenvolvimento mais orgânico, mais homogêneo do nosso país e propiciando condições de melhorar a governabilidade que pode ser definida como a capacidade de resposta que as instituições possam dar às demandas da sociedade.

No Brasil, sempre se diz que as aspirações do eleitor não se convertem em realidade porque temos um déficit de governação, para usar expressão dos portugueses. Não temos instituições que sejam capazes, – ainda, e infelizmente –, embora tenhamos avançado, de dar respostas à demanda da sociedade. Verificamos de forma muito clara, quando termina a eleição, e o novo governo assume que geralmente as promessas de campanha não se convertem em ação de governo. V. Ex<sup>a</sup>, Senador Álvaro Dias, há pouco, fez um discurso, em que situava essa questão. Mas, Sr. Presidente, a reforma política não pára aí, porque, além da questão federativa, temos que enfrentar a questão republicana. Não me refiro à República como forma de Governo, mas à República definida por Cícero, como **res publica**, “coisa pública”, o que tem muito a ver com cidadania, isto é, com o revigoramento dos valores republicanos.

Não foi por outra razão que, certa feita, o ilustre Senador e ex-Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, disse com muita propriedade: “É necessário republicanizar a República”. Parece que os ideais republicanos ainda não foram totalmente consolidados em nosso País, e a crise que estamos vivendo neste momento é um pouco reflexo disso, é preciso restaurar a noção de República não como forma de Governo naquela tipologia clássica dos constitucionalistas, mas República no sentido ciceroniano de vê-la como bem comum, como cidadania, como objetivo a dispor a todos a plena participação na vida social e a certeza de que os bens e recursos públicos serão geridos de forma ética.

Sr. Presidente gostaria também de dizer que, durante a convocação extraordinária, foram aprovadas, além de emendas constitucionais, outras proposições. Acredito que o debate prossegue agora nesta nova sessão legislativa e faço votos para que continuemos a progredir. E mais, que possamos iniciar a partir deste ano de 2006, que será decisivo para o País, um grande esforço com relação à pedagogia do voto. Precisamos, insisto nesse campo, cada vez mais trabalhar a cidadania. O povo brasileiro é muito politizado, muito atento, mas precisamos trabalhar cada vez mais a sociedade no sentido de refletir sobre o sentido do voto. Diz-se com muita frequência que o voto é a grande arma, o grande instrumento do cidadão, e esse instrumento não pode deixar de merecer uma grande reflexão por parte de todos que vão às urnas. Precisamos começar, a partir de agora, a meu ver, um grande debate, como tem feito o nosso partido, o PFL, sobre a questão, pois haverá este ano não somente eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, mas também renovação de um terço do Senado, da totalidade da Câmara Federal, dos Governadores e dos Vice-Governadores dos Estados e da totalidade das Assembléias Legislativas, envolvendo também a Câmara Legislativa do

Distrito Federal. Tudo isso faz com que classifiquemos as eleições deste ano praticamente como eleições gerais, porque, salvo as eleições no plano municipal, todas as demais funções eletivas estarão submetidas ao julgamento popular.

Sr. Presidente, encerro, portanto, minhas palavras, dizendo que a convocação extraordinária talvez não tenha sido aquilo que dela esperávamos, mas, todavia produziu seus resultados. É conveniente que muitas matérias discutidas e votadas durante a convocação extraordinária tenham a sua tramitação concluída durante esse novo período que se iniciou no dia 15 de fevereiro, há dois dias, e que representa algo muito importante para o País, porque, nesta sessão legislativa, estaremos completando 180 anos da existência do Poder Legislativo brasileiro.

Como se sabe, depois da Independência, começamos a eleger os representantes para o Poder Legislativo. É lógico que se dirá, com razão, que se instalou antes o que hoje chamaríamos de Câmara dos Deputados, mas ela foi dissolvida pelo Imperador. O Senado Federal somente apareceu em 1826. De toda maneira não podemos deixar de destacar o fato de o Poder Legislativo brasileiro estar completando 160 anos de existência sob a forma bicameral. Ou seja, uma Câmara dos Deputados, a representação popular, a representação do povo, e um Senado Federal, que, na República, se converteu em câmara eletiva. No Império, os membros do Senado eram nomeados pelo Imperador, eram vitalícios. Com a República, o Senado passou a ser uma Casa eletiva e federativa, posto que é constituído por três representantes de cada um dos Estados da Federação brasileira; independentemente de sua dimensão geográfica ou do número de sua população, todos os Estados têm o mesmo número de representantes.

Assim, o Senado da República converteu-se, sobretudo a partir da Constituição de 1891, na Casa da Federação. É fundamental que reflitamos sobre esses 160 anos do Legislativo brasileiro, de modo particular, no caso do Senado, sobre o seu papel enquanto Casa da Federação e, por que não dizer também, Casa da política externa, já que o Senado dispõe de uma série de atribuições privativas no que diz respeito à formulação e execução da política externa brasileira.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a concessão da palavra.

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os nossos cumprimentos ao Senador Marco Maciel pela abordagem que fez.

Antes de encerrar a sessão, não poderíamos deixar de enaltecer o Supremo Tribunal Federal pela decisão que julgou constitucional a resolução do Conselho Nacional de Justiça que manda demitir parentes. Como diz o jornal **O Globo**, em manchete, um verdadeiro nocaute no nepotismo.

Trata-se também de uma convocação ao Poder Legislativo para que faça a sua parte. A Proposta de Emenda à Constituição que se encontra na Câmara dos Deputados deve, portanto, ser votada em regime de urgência para que se estenda esta medida aos demais Poderes, tanto o Legislativo quanto o Executivo.

Se, durante o recesso parlamentar, com as sessões extraordinárias que se realizaram aqui, se promoveram avanços na direção de recuperar a imagem do Poder Legislativo, ainda há muito a fazer. Creio que nocautear definitivamente o nepotismo é uma providência urgente que o Congresso Nacional deve assumir com respeito à aspiração da sociedade brasileira de ver essa prática definitivamente expurgada da vida pública brasileira.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Nobre Senador Alvaro Dias, eu gostaria de fazer uma observação. Mencionei aqui os 160 anos do Poder Legislativo, mas na realidade são 180 anos. Foi um equívoco. São, ressaltado, 180 anos do Poder Legislativo que estamos celebrando a partir desta sessão legislativa.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Teotônio Vilela Filho e Valmir Amaral enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

#### **Em favor das Ações Públicas De Saúde Pública**

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recebi do Conselho Municipal de Saúde apelo para que seja regulamentada pelo Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional nº 29, que assegura recursos mínimos para ações e serviços públicos de saúde.

O apelo veio acompanhado de documento aprovado pela XII Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, realizada em Brasília em novembro último. Nada menos de 48 conselheiros dessa área subscrevem o

documento, que inclui neste pronunciamento. A postulação tem o meu apoio, que registro aqui, encarecendo aos Senadores a sua acolhida, que é justa.

No Brasil, a área de Saúde está capenga, principalmente por falta de recursos. E por isso transmito o apelo, em nome, posso dizer, da Saúde pública brasileira.

A emenda constitucional já foi promulgada, mas sem a regulamentação não poderão ocorrer os devidos repasses de verbas para as ações de saúde pública.

O assunto é urgente, merece a nossa reflexão, sobretudo porque fomos nós que aprovamos a Emenda 29, cuja regulamentação é justa, imperiosa e urgente

Era o que tinha a dizer.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

OF CIRCULAR Nº 032/05–SETEC/CMS

Manaus, 28 de dezembro de 2005

Senhor Senador

A luta pela regulamentação da Emenda Constitucional Nº 29 a partir do ano de 2000, tem sido uma constante em Conferências, Seminários e Plenárias de Conselhos de Saúde. Sua regulamentação será um grande avanço nas ações de Saúde, uma vez que define quais gastos devem ser destinados à mesma. Tal regulamentação evita o contingenciamento de verbas, além de aumentar consideravelmente os repasses para a área de saúde.

Diante do exposto, o Conselho Municipal de SAÚDE DE Manaus – CMS/MAO, em atendimento as decisões da XII Plenária Nacional de Conselhos de Saúde realizada em novembro do corrente ano no Distrito Federal, bem como contato verbal da Delegação do Amazonas com alguns deputados, vem pelo presente encaminhar o abaixo-assinado para apoio à regulamentação da EC-29 e solicitar a Vossa Excelência o máximo de empenho pela regulamentação da referida Emenda Constitucional.

Atenciosamente. – **Manoel Jesus Pinheiro Coelho**, Presidente do CMS/MAO.

Ao Excelentíssimo Senhor

**Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto**

Senador da República pelo Amazonas

End: Ala Senador Tancredo Neves, Gabinete 50 – Senado Federal

Fone/Faz: (0XX61) 3311-1201/3311-1659

CEP:70165-900

Brasília – DF



**ABAIXO-ASSINADO PARA APOIO À REGULAMENTAÇÃO DA  
EMENDA CONSTITUCIONAL - E.C. 29**

	CONSELHEIROS	RG	CPF	ASSINATURA
1.	Dr. Manoel Jesus Pinheiro Coelho	102527-9	001715062100	
2.	Cristina Regina da Silva Ferreira	694817-0	24055492200	
3.	Wagner de Andrade Rodrigues			
4.	Maria Nascimento dos Santos	344284	Maria N. Santos	
5.	Maria das Graças Soares Feitoza	0417998-5	1110046782-68	
6.	Suely Maria Mota			
7.	Dircélia Maia Ortiz	333.749	201005742-30	
8.	Vilma Pessoa Paiva			
9.	Silvano Souza Fonseca			
10.	Carlos Orlando Silva Chaves			
11.	Raymison Monteiro de Souza			
12.	Ana Maria Medeiros de Souza	548.792-7	161306530187	
13.	Mário Cunha e Silva			
14.	Augusto Feliciano Castilho			
15.	Neila Falcone da Silva Bonfim	162502	03489353234	
16.	Jair Machado Santos da Rocha			
17.	Francilene Xavier Ferreira	483.726	192999212-04	
18.	Nair Chase da Silva			
19.	Anália Maria de Paulo	813241	010632658-94	
20.	Vera Lúcia Pereira Marques			
21.	Roselis Maria Gildo Bitar	0831924-1	119740362-00	
22.	Raimundo Nonato M. de Oliveira			
23.	Isaias Perpétuo Fernandes	367.686	201364392-68	
24.	Ehud Emanuel Abensur dos Santos			
25.	Marlene Pereira da Silva	97512	040146542-30	
26.	Suely da Silva Mota	1261137-1	609551982-41	
27.	Gilson Aguiar da Silva	1586452	01520002-60	
28.	Roberto Soares Aragão	03320637	14206954215	
29.	Josuel Martins	44465885-4	750655333-24	
30.	Luiz Carlos Bonates de Oliveira	285.572	041267722-53	
31.	Manoel de Jesus Souza Ferreira	2364557-5		
32.	Cristiane Silva de Oliveira			
33.	Antonio José Barbosa Pinto	0169218-7	074804422-34	
34.	Rodervaldo dos Santos Castilho	0348318-5	054415792-34	
35.	Elson Moreira de Melo	19403240253	06252214	
36.	Edivaldo Rios da Silva			
37.	Rosália de Jesus Ferreira Frões	1009.830	085631012-34	
38.	Ada Rodrigues Viana	2343855	006180682-34	
39.	Graciete de Lima Do Val	0223405-8	241724932-91	
	FRANCISCO LIMA	198.565	001234472-91	
40.	Nilton de Lima Portela			
41.	Roberto Simão Bultrio			
42.	Isaac Gomes Benayon			
43.	Claudivan Afonso O. Carvalho	102222-002	1460411264	
44.	Regina Lúcia Cardoso e S. Feitosa	229.222	237444242-20	
45.	Frank de Queiroz Félix			
	COMUNITÁRIOS	RG	CPF	ASSINATURA
46.	MIRIAM SOARES GARCIA	839.155.0		
47.	RODOLFO JESUS NASCIMENTO	769.569		
48.	Edson de Aguiar Pereira	08600-3		

**O SR. TEOTONIO VILELA FILHO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado na tarde de hoje, para destacar matéria publicada no **O JORNAL**, de Maceió, edição do dia 14 do corrente mês, intitulada “Os desencontros do leite”, de minha autoria.

O artigo, Sr. Presidente, cujo teor solicito seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que conste dos Anais da Casa, focaliza a mobilização dos pequenos produtores de leite contra resolução do Ministério do Desenvolvimento. A resolução limita o teto de fornecimento de cada produtor para os programas do leite, mantidos em convênio com o Governo Federal. Demonstra o prejuízo que eles estão tendo, uma vez que essa medida ao regular o mercado não garante preço mínimo que compense a comercialização do leite pelos pequenos produtores.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:

**Os desencontros do leite  
Teotônio Vilela Filho**

Começou ontem, em vários Estados do Nordeste, uma ampla mobilização de pequenos produtores de leite contra resolução que estipula em R\$ 2.500, por semestre, o teto de fornecimento de cada produtor para os programas do leite, mantidos em convênio com o governo federal. A resolução do ministério do Desenvolvimento Social dá menos de 20 litros por propriedade/dia.

O ministério argumenta que o programa do leite se destina a agricultores familiares. Quando cada produtor esgotar sua cota, outros entram no programa, beneficiando mais gente. Os produtores pensam diferente. Argumentam, com razão, que 20 litros representa a produção média de uma única boa vaca. Ninguém conseguirá se manter com essa produção. Nem investir nada para atender às exigências do governo no que se refere a manejo, sanidade de rebanho, instalações e equipamentos de resfriamento de leite. Todo esse desencontro é fruto de desinformação. Os técnicos do ministério consideram que a produção média de leite, por vaca, no Brasil, é de três litros. O teto

estabelecido permitiria contemplar produtores com rebanhos de seis a dez animais. A estatística ou é muito antiga, ou leva em consideração as fêmeas zebuínas, de produção de carne. Ou as duas coisas juntas. Quem conhece minimamente a pecuária de leite sabe que até uma boa cabra já produz mais de três litros de leite/dia. Uma informação distorcida levou a essa seqüência de desencontros.

O Programa do Leite tem tido, no Nordeste, uma importância que nem os técnicos do governo parecem dimensionar. Eles não entendem que além de assistencial, esse é também um programa de desenvolvimento; que depende muito da pecuária leiteira. Essa resolução põe em risco todo o programa do leite, mesmo para quem não vende ao governo. É que ele regula o mercado, garantindo preços mínimos ao produtor. Onde não funciona bem, o produtor, mesmo o grande, recebe menos pelo leite. Daí a preocupação com essa determinação do ministério, que precisa sintonizar a tendência da pecuária no mundo inteiro. O lucro do leite é de centavos. Uma resolução como essa significa condenar todo mundo à miséria ou a sair do ramo. Esse pessoal está inviabilizando o programa do leite. Parece até que é contra o governo. Mas cada dia mais a gente se surpreende com o governo Lula. As reformas que o governo propôs, como a da Previdência, foram aprovadas pela oposição. Quem defende ministros como o Palocci e a equipe econômica é a oposição. Quem defende programas como esse do leite é também a oposição. Muitos governistas até hoje não assimilaram sua condição de situacionistas. Parecem loucos para ser de novo oposicionistas.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em 14 de setembro de 2004, tive a honra de encaminhar a este Plenário o Projeto de Resolução (PRS) nº 34, com o objetivo de aprovar a difusão de imagens de pessoas desaparecidas através da TV Senado.

A idéia surgiu, em primeiro lugar, em virtude de a TV Senado já vir divulgando cotidianamente a Ordem do Dia, as sessões plenárias, os discursos dos Senadores e Senadoras, os debates nas comissões, entrevistas ao vivo e gravadas, o noticiário diário da Casa, e mesmo imagens externas que são relevantes para destacar a atuação dos parlamentares e mostrar à sociedade o tipo de trabalho que realizam no Congresso Nacional.

Em segundo lugar, verifiquei que a TV Senado procura sempre interagir com o seu público e busca despertar a atenção dele para o conteúdo de suas programações. Ao atingir quase todo o território nacional, responde a inúmeras indagações sobre a atuação da Casa, sobre o trabalho parlamentar, sobre proposições legislativas em tramitação e sobre outras matérias de grande repercussão social que interferem diretamente na vida dos brasileiros.

Por fim, entendemos que a TV Senado presta um serviço inestimável ao País. Inegavelmente, é um órgão de difusão que se preocupa fundamentalmente com a política, com a cultura, com a cidadania, com a educação, com a informação transparente e com a conscientização da sociedade. Mais ainda, procura mostrar ao povo brasileiro a importância da democracia e de nossas instituições.

Dessa maneira, ao levar à casa das pessoas o dia-a-dia do Senado Federal, educa, politiza e atualiza os conhecimentos dos que estão preocupados em compreender melhor os últimos acontecimentos nacionais. Hoje, em todo o Brasil, milhões de brasileiros seguem atentamente a programação da TV Senado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, é importante destacar que minha proposição ampliará, ainda mais, o espaço que a TV Senado ocupa em nível nacional. Na qualidade de difusora de informação de grande interesse social, certamente elevará o seu prestígio entre o conjunto das outras mídias e entre os cidadãos, que passarão a dispor, diariamente, de um serviço que tratará de um assunto que aflige a vida de milhares de famílias.

Na justificativa ao Projeto de Resolução de minha autoria, procurei destacar, como objetivo mais importante, tornar obrigatória para a TV Senado a veiculação de imagens de pessoas desaparecidas e de informações que permitam a comunicação entre o solicitante do aviso de desaparecimento e quem tiver notícias da pessoa procurada.

Eminentes Senadoras e Senadores, a proposta que tramita nesta Casa é de grande significado social e humanitário. Por este motivo, apelo aos nobres Colegas, de todos os partidos, que dediquem atenção especial ao assunto e defendam sua aprovação.

Sem dúvida alguma, com esse pequeno gesto, estaremos engajando diretamente o Senado Federal em um trabalho dos mais edificantes, que é o da identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos, para sua reintegração sócio-familiar e em solidariedade com milhares de famílias que vivenciam tal drama a cada ano em nosso País.

Portanto, ciente da gravidade com que o fenômeno do desaparecimento de pessoas, notadamente

crianças e adolescentes, se apresenta no Brasil, e da necessidade de adotar políticas mais apropriadas, consistentes, eficientes e eficazes para a abordagem do evento, tomei a decisão de dar a minha pequena contribuição para impedir o avanço dessa forma de violência que entristece a todos nós.

Em verdade, essa foi a maior motivação que me levou a trazer o assunto às instâncias superiores desta Casa. A melhor forma que encontrei para encaminhar a questão foi através da apresentação do Projeto de Resolução que comento neste pronunciamento e para o qual peço a consciente apreciação de Vossas Excelências e rápida aprovação.

Nobres Senadoras e Senadores, todos os anos, mais de 200 mil pessoas desaparecem no Brasil. Essa estatística é chocante e nos leva a uma séria reflexão.

São Paulo, o Estado mais populoso do Brasil, lidera o *ranking* de desaparecimentos de pessoas, e em seguida vem o Rio de Janeiro. Segundo levantamento feito pela Delegacia de Pessoas Desaparecidas do Estado de São Paulo, ligada ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, a média é de 60 casos de desaparecimentos diários somente na cidade de São Paulo.

Um dos maiores dramas vividos pelas famílias dos desaparecidos é a falta de delegacias especializadas e de um sistema nacional de busca que poderia ser capaz de instruir os parentes, orientá-los em suas iniciativas e indicar caminhos mais seguros para a obtenção de notícias mais rápidas.

Não fosse só isso, as famílias das vítimas sofrem com a falta de informatização das delegacias e com as graves deficiências de comunicação que existem entre as polícias estaduais brasileiras. Essa falta de integração e esse atraso tecnológico praticamente dificultam a investigação e, o que é ainda pior, impedem que tenhamos uma estatística anual mais precisa sobre o número de desaparecimentos, suas principais causas e um perfil mais detalhado dos desaparecidos.

Na verdade, o fato de não termos a dimensão exata de problema tão grave nos deixa sem condições de agir de maneira rápida e eficiente. É de lamentar que tal situação alimente o desinteresse no seio da sociedade, que passa a não acreditar nas investigações que porventura são feitas, e leve o próprio Estado a negligenciar suas obrigações e adiar as providências que precisariam ser tomadas em favor das famílias dos desaparecidos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, diante das considerações que foram feitas ao longo deste pronunciamento, da gravidade da questão que estou enfocando, do drama por que passam neste momento



milhares de famílias e das deficiências que o Estado apresenta no combate contra esse tipo de ocorrência, não podemos mais esperar e, por isso, temos que assumir uma posição mais enérgica, mesmo que ela não tenha a capacidade de devolver, de imediato, a felicidade às muitas famílias que estão sofrendo com a ausência dos seus entes queridos.

De qualquer maneira, se aprovarmos o projeto que apresentei, certamente estaremos dando um grande passo para alertar a sociedade. Conseguiremos chamar a atenção das autoridades para a dimensão do fato e estaremos oferecendo às famílias das vítimas, sem nenhum ônus, a oportunidade de divulgar, em nível nacional, os dados e a fotografia dos seus familiares desaparecidos. É uma contribuição valiosa que o Senado Federal tem condições de oferecer.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se segunda-feira, às 14 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### – 1 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 536, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 536, de 2005 (nº 858/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999.*

Parecer favorável, sob nº 138, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

### – 2 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 537, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2005 (nº 1.625/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Brasília, em 7 de junho de 2001.*

Parecer favorável, sob nº 139, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

### – 3 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 563, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 563, de 2005 (nº 14/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transportes, celebrado em Nova Delhi, em 8 de abril de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 140, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa.

### – 4 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 565, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 565, de 2005 (nº 42/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Níquel – Gien.*

Parecer favorável, sob nº 141, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Gerson Camata.

### – 5 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2006 (nº 120/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 12 de novembro de 1974, e em vigor a partir de 15 de setembro de 1976.*

Parecer favorável, sob nº 142, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

### – 6 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2006 (nº 1.301/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador*

na Área de Defesa Civil, celebrado em Quito, em 1º de outubro de 2001.

Parecer favorável, sob nº 143, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Gerson Camata.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 10, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2006 (nº 1.340/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Promoção do Setor Pesqueiro, celebrado em 26 de agosto de 2003, em Lima.*

Parecer favorável, sob nº 144, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

– 8 –

REQUERIMENTO Nº 1.191, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.191, de 2005, do Senador Aelton Freitas, solicitando seja concedido voto de aplauso ao General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-Comandante da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, em reconhecimento pela sua atuação na instalação e início da operação dessa missão de paz.

Parecer favorável, sob nº 161, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 10 horas e 58 minutos.*)

**(OS.: 10938/2006)**

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

### Bahia

**PFL** – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
**PFL** – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
**PFL** – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

**BLOCO-PT** – Roberto Saturnino\*  
**PMR** – Marcelo Crivella\*\*  
**PMDB** – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

**PMDB** – João Alberto Souza\*  
**PFL** – Edison Lobão\*\*  
**PFL** – Roseana Sarney\*\*

### Pará

**PMDB** – Luiz Otávio\*  
**BLOCO-PT** – Ana Júlia Carepa\*\*  
**PSDB** – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

**PFL** – José Jorge\*  
**PFL** – Marco Maciel\*\*  
**PSDB** – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

**BLOCO-PT** – Eduardo Suplicy\*  
**BLOCO-PT** – Aloizio Mercadante\*\*  
**PFL** – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

**BLOCO-PL** – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Eduardo Azeredo\*\*  
**PMDB** – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goiás

**PMDB** – Maguito Vilela\*  
**PFL** – Demóstenes Torres\*\*  
**PSDB** – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

**PSDB** – Antero Paes de Barros\*  
**PFL** – Jonas Pinheiro\*\*  
**BLOCO-PT** – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

**PMDB** – Pedro Simon\*  
**BLOCO-PT** – Paulo Paim\*\*  
**PTB** – Sérgio Zambiasi\*\*

### Ceará

**PSDB** – Reginaldo Duarte\*<sup>S</sup>  
**BLOCO-PSB** – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
**PSDB** – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

**PMDB** – Ney Suassuna\*  
**PFL** – Efraim Morais\*\*  
**PMDB** – José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

**PSDB** – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
**PMDB** – Gerson Camata\*\*  
**BLOCO-PL** – Magno Malta\*\*

### Piauí

**PMDB** – Alberto Silva\*  
**PFL** – Heráclito Fortes\*\*  
**PMDB** – Mão Santa\*\*

### Rio Grande do Norte

**PTB** – Fernando Bezerra\*  
**PMDB** – Garibaldi Alves Filho\*\*  
**PFL** – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

**PFL** – Jorge Bornhausen\*  
**BLOCO-PT** – Ideli Salvatti\*\*  
**PSDB** – Leonel Pavan\*\*

### Alagoas

**P-SOL** – Heloísa Helena\*  
**PMDB** – Renan Calheiros\*\*  
**PSDB** – Teotônio Vilela Filho\*\*

### Sergipe

**PFL** – Maria do Carmo Alves\*  
**PMDB** – Almeida Lima\*\*  
**BLOCO-PSB** – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Amazonas

**PMDB** – Gilberto Mestrinho\*  
**PSDB** – Arthur Virgílio\*\*  
**PDT** – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

**PSDB** – Alvaro Dias\*  
**BLOCO-PT** – Flávio Arns\*\*  
**PDT** – Osmar Dias\*\*

### Acre

**BLOCO-PT** – Tião Viana\*  
**Sem partido** – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
**BLOCO-PT** – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

### Mato Grosso do Sul

**PSDB** – Juvêncio da Fonseca\*  
**BLOCO-PT** – Delcídio Amaral\*\*  
**PMDB** – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

**PTB** – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
**PDT** – Cristovam Buarque\*\*  
**PFL** – Paulo Octávio\*\*

### Tocantins

**PSDB** – Eduardo Siqueira Campos\*  
**BLOCO-PL** – João Ribeiro\*\*  
**PC do B** – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

**PMDB** – José Sarney\*  
**PMDB** – Gilvam Borges\*\*  
**PSDB** – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

**PMDB** – Amir Lando\*  
**BLOCO-PT** – Fátima Cleide\*\*  
**PMDB** – Valdir Raupp\*\*

### Roraima

**PTB** – Mozarildo Cavalcanti\*  
**PDT** – Augusto Botelho\*\*  
**PMDB** – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\* : Período 2003/2011

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Slhessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Slhessarenko – PT
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



# 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
(21 titulares e 21 suplentes)

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB** <sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**

**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1)</sup> <sup>(5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2)</sup> <sup>(6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)



**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**Presidente: Senador João Alberto Souza** <sup>(3)</sup>

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres** <sup>(4)</sup>

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) <sup>(1)</sup>	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M <sup>o</sup> doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) <sup>(5)</sup>		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) <sup>(2)</sup>		
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

- (1) O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.  
(2) O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.  
(3) Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.  
(4) Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.  
(5) O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)



## CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

### COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

#### Notas:

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

### COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## **CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### **COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador José Jorge (PFL-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002  
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311-5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

## COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

### 01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### 02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

### 03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### 04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### 05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

### **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

#### **MEMBROS NATOS**

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

#### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

##### **BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

##### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

##### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

##### **PDT**

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

##### **PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

#### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

##### **PT**

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

##### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

##### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

##### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

##### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

##### **PTB**

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

##### **PL**

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

##### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3318-8232 Fax: (55) (61) 3318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>  JOSÉ JORGE PFL-PE
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311- 5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY**  
**RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 24.2.2005

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



**EDIÇÃO DE HOJE: 68 PÁGINAS**